

## **DESENBAHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001**

Em milhares de reais

#### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, cujo controle acionário pertence ao Estado da Bahia, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

A rentabilidade de suas operações é proveniente, em sua maior parte, da aplicação de taxas de remuneração adequadas, sobre repasses de recursos obtidos, principalmente junto a instituições do Governo Federal, quer se destinem ao setor público ou privado.

#### **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis emanam da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN).

#### **3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS**

- (a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis.
- (b) classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos artigos 179 e 180 da Lei 6.404/1976;
- c) os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;
- d) as “Operações de Crédito” encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, observado que, se vencidas há mais de 60 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas;

- e) a “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução 2.682/1999;
- f) o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:
- |   |     |
|---|-----|
| - Imóveis de Uso – Edificações                                  | 4%  |
| - Sistema de Transportes e Processamento de Dados e Comunicação | 20% |
| - Demais itens  | 10% |
- g) as obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável;
- h) as provisão para férias e 13º salário, estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis;
- i) a provisão para Imposto de Renda, quando aplicável, é constituída ‘a alíquota de 15% do lucro tributável acrescida do adicional de 10% e a provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ajustado ‘a alíquota de 9%.
- j) as aplicações CREDESEC – PROES foram reclassificadas para a conta de créditos específicos para melhor apresentação das demonstrações contábeis

#### 4 OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO (RESOLUÇÃO CMN Nº 2682/99)

##### a) Composição por atividade econômica:

	2002						2001
	Prazo de vencimento (em dias)						
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total	
<b>Setor privado</b>							
Comércio	2.337	5.056	7.393	2.656	7.631	10.287	
Indústria	27.241	80.924	108.165	33.069	82.930	115.999	
Serviços	15.323	53.893	69.216	19.319	61.019	80.338	
Financiamentos rurais	14.171	172.363	186.534	9.698	156.631	166.329	
Financiamentos agro-industriais	290	4.551	4.841	583	4.945	5.528	
	<u>59.362</u>	<u>316.787</u>	<u>376.149</u>	<u>65.325</u>	<u>313.156</u>	<u>378.481</u>	
<b>Setor público</b>							
Financiamentos governo municipal	196	1.308	1.504	-	-	-	
	<u>196</u>	<u>1.308</u>	<u>1.504</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
<b>Total</b>	<u><b>59.558</b></u>	<u><b>318.095</b></u>	<u><b>377.653</b></u>	<u><b>65.325</b></u>	<u><b>313.156</b></u>	<u><b>378.481</b></u>	

**Composição por nível de risco e faixa de vencimento:**

Nível de Risco	Operações Vincendas	Operações Vencidas (em dias)					Acima de 90 dias	Total	Participação %
		0 a 15	16 a 30	31 a 60	61 a 90				
AA	96.970	19	15.157	1.642	-	3.962	117.750	31	
A	64.076	-	7.673	-	-	-	71.749	19	
B	25.150	-	1.329	3.604	-	-	30.083	8	
C	19.289	-	3.520	1.766	-	17	24.592	7	
D	8.565	-	4.136	1.642	999	1.226	16.568	4	
E	21.009	-	451	429	54	1.688	23.631	6	
F	75.220	-	2.006	-	62	2.593	79.881	21	
G	-	-	-	-	-	2.119	2.119	1	
H	445	-	816	-	-	10.019	11.280	3	
<b>Total</b>	<b>310.724</b>	<b>19</b>	<b>35.088</b>	<b>9.083</b>	<b>1.115</b>	<b>21.624</b>	<b>377.653</b>	<b>100</b>	

**b) Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por níveis de risco**

Nível de risco	% de Provisionamento	Saldo	Provisão
AA		117.669	-
A	0,5%	71.554	358
B	1,0%	30.006	300
C	3,0%	24.455	734
D	10,0%	16.004	1.600
E	30,0%	23.577	7.073
F	50,0%	1.830	915
G	70,0%	2.119	1.483
H	100,0%	10.844	10.844
<b>Total carteira própria</b>		<b>298.058</b>	<b>23.307</b>

Nível de risco	% de Provisionamento	Saldo	Provisão
AA		83	-
A	0,5%	195	1
B	1,0%	78	1
C	3,0%	136	4
D	10,0%	563	56
E	30,0%	54	16
F	50,0%	78.050	39.026
G	70,0%	-	-
H	100,0%	436	436
<b>Total carteira adquirida do BANEB/FNE e BANEB/FINAME</b>		<b>79.595</b>	<b>39.540</b>
<b>Total geral da carteira</b>		<b>377.653</b>	<b>62.847</b>

### c) Provisão para Créditos

A provisão constituída na forma indicada na Nota 3 “e” apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	2002	2001
Saldo Inicial	67.951	101.890
Provisões Constituídas Sobre Créditos Próprios	25.647	18.885
Provisões Constituídas Sobre Outros Créditos	5	246
Transferência para Empresa FUNDESE	-	(43.889)
(Provisões Baixadas)	(30.742)	(9.181)
Reversão de Provisões de Outros Créditos	(14)	
Saldo Final	<b>62.847</b>	<b>67.951</b>
Créditos Lançados em Prejuízo e Recuperados	4.551	4.695

Operações de crédito renegociadas com amparo da Resolução BACEN no. 2.471/98

A DESENBAHIA possui operações de crédito no valor de R\$ 43.931 mil (R\$34.227 mil em 2001) renegociadas amparadas no Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, previsto na Resolução BACEN no. 2.471/98, que passaram a ter vencimento final no prazo de 20 anos, sendo atualizadas pelo IGPM.

Tais operações têm a sua liquidação garantida, ao final do prazo mencionado anteriormente, em caráter irrevogável por Certificados do Tesouro Nacional – CTN, adquiridos pelos devedores junto ao Tesouro Nacional, também atualizados pelo IGPM e com prazos idênticos aos das dívidas renegociadas.

## 5 CRÉDITOS VINCULADOS

Refere-se a 55 (cinquenta e cinco) operações decorrentes de contratos de crédito rural, amparadas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, cujo programa foi criado através da Lei. No. 5.969/73 com a finalidade de exonerar o produtor do cumprimento de obrigações relativas às operações de crédito rural, quando da ocorrência de perdas das receitas esperadas em consequência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atingissem bens, rebanhos e plantações, sendo que a administração do PROAGRO cabe ao Banco Central do Brasil – BACEN, segundo normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. O saldo dos créditos vinculados foi baixado em 31 de dezembro de 2001 contra perda de capital.

## 6 DESDOBRAMENTOS DE ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### a) Títulos e Valores Mobiliários

	2002			2001		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Quotas de Fundos Mútuos	88.849	-	88.849	106.445		106.445
Vinculados ao BACEN					118.584	118.584
Títulos públicos Estaduais LFTB		105.570	105.570	0		
Títulos de Credsec	17.475	27.703	45.178	0		-
Provisão P/ Desvalorização de Títulos	0	(6.082)	(6.082)	(1.386)		(1.386)
Fundo Mútuo de Invest	60	-	60			
Quotas de FAC exclusivas Banco do Brasil	0	-	0	8.100		8.100
Certificados Depósitos Bancários	5.183		5.183			
Outros	47	-	47	1.224		1.224
	<u>111.614</u>	<u>127.191</u>	<u>238.805</u>	<u>114.383</u>	<u>118.584</u>	<u>232.967</u>

**b.) Créditos Específicos**

	2002			2001		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
CREDSEC (ESTA 980.601)				5.817	52.335	58.172
Outros	<u>5</u>	<u></u>	<u>5</u>	<u>4</u>	<u></u>	<u>4</u>
	<u>5</u>	<u></u>	<u>5</u>	<u>5.821</u>	<u>52.335</u>	<u>58.176</u>

Os valores referentes ao CREDSEC foram transferidos em 2002 para grupo contábil "TÍTULOS DE RENDA FIXA".

Os títulos CREDSEC (ESTA 980.601) têm vencimento final em 1º de julho de 2006 e são atualizados pela TJLP e juros de 5% ao ano. Os juros são pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho.

A amortização do principal será efetivada de acordo com o cronograma abaixo, considerando o saldo inicial em 1999.

2001	8%
2002	10%
2003	8%
2004	8%
2005	6%
2006	2%

#### b.1) Outros créditos - Diversos

	2002			2001		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	156		156	169		169
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	11		11			
Devedores por depósitos em garantia	0	3.979	3.979		2.311	2.311
Pagamentos a ressarcir	0	248	248		448	448
Devedores diversos – país	1.213		1.213	176		176
	<u>1.380</u>	<u>4.227</u>	<u>5.607</u>	<u>345</u>	<u>2.759</u>	<u>3.104</u>

#### c) Outros Valores e Bens

	2002			2001		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Investimentos temporários	-	2.251	2.251	-	2.251	2.251
Bens não de uso próprio – BNDU	60	248	308	81	566	647
Material em estoque	64	-	64	87	-	87
Despesas antecipadas	112	-	112	67	-	67
Provisão para perdas em investimentos	-	(2.251)	(2.251)	-	(2.130)	(2.130)
Provisão para desvalorização BNDU	-	(134)	(134)	-	(114)	(114)
	<u>236</u>	<u>114</u>	<u>350</u>	<u>235</u>	<u>573</u>	<u>808</u>

#### d) Outras obrigações

Descrição	Circulante	E.L.P.	2002		2001	
			Total	Circulante	E.L.P.	Total
Sociais e estatutárias	2.198	-	2.198	659		659
Impostos e contribuições a recolher	568	-	568	751		751
Provisão para IR diferido	180	-	180	856		856
Provisão para riscos fiscais		5.003	5.003	-	5.003	5.003
Recursos para destinação específica	54	-	54	15.792		15.792
Dotação para aumento de capital		1.688	1.688	-	1.688	1.688
Despesas de pessoal e administrativas	1.868	-	1.868	1.537		1.537
Provisão para contingências – BACEN		-	-	-	7.162	7.162
Provisão para contingências trabalhistas		4.427	4.427	96	4.210	4.306
Credores diversos	1.878		1.878	651		651
<b>Total</b>	<b>6.746</b>	<b>11.118</b>	<b>17.864</b>	<b>20.342</b>	<b>18.063</b>	<b>38.405</b>

#### e) Outras Receitas Operacionais

	2002	2001
Recuperação de Encargos e Despesas	8	956
Reversão de Provisões Operacionais	263	337
Taxa de Administração de Fundos	10.846	8.782
Outras	2.558	1.016
<b>Total</b>	<b>13.675</b>	<b>11.091</b>

#### f) Outras Despesas Operacionais

	2002	2001
Outras Despesas de Provisões Operacionais		118
Outras Despesas Operacionais	121	
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>118</b>



## 7 OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Referem-se a recursos captados que estão registrados pelo valor principal acrescidos de juros. Estão representadas, substancialmente, por recursos captados para empréstimos e financiamentos junto a Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, FINAME e outras instituições no País, repassados a clientes, com vencimentos mensais e acrescidos de juros entre 2,5% a 10,5% ao ano, mais variação da Taxa Referencial - TR ou da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

### **Outras obrigações – Fundos financeiros e de desenvolvimento**

Os saldos consignados sob esta rubrica referem-se aos fundos Estaduais e a recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE.

A Agência é a gestora desses Fundos e os recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas e outros, segundo critério estabelecido na lei de sua criação, não cabendo, porém, à Agência ônus algum, no caso de eventual inadimplência. Os recursos desses fundos em 31 de dezembro de 2002 montam R\$ 654.394 mil, sendo R\$ 654.340 mil contabilizados em conta de compensação e R\$ 54 mil em “outras obrigações”. Em relação ao ano de 2001, vide comentários na nota 16.

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal, assim distribuídas:

	Milhares de ações	
	2002	2001
Ordinárias	16.022.305	16.022.305
Ações preferenciais com direito a voto	7.846.592	7.846.592
Ações preferenciais sem direito a voto	21.900.287	21.900.287
<b>Total</b>	<b>45.769.184</b>	<b>45.769.184</b>

## **b) Reserva Legal**

Conforme disposto estatutariamente, foi constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido;

## **c) Reserva de reavaliação**

O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2002, está representado pela reavaliação dos imóveis de uso próprio, com base em avaliação efetuada por peritos independentes em dezembro de 1988, que está sendo realizada a crédito de lucros acumulados, proporcionalmente à depreciação do acréscimo da mais valia desses imóveis.

Conforme circular nº 2.192/92 do Banco Central do Brasil, a Agência contabilizou os impostos e contribuições incidentes sobre o saldo da reserva de reavaliação, na conta outras obrigações - fiscais e previdenciárias.

Em virtude de realização de reservas de reavaliação, por ajustes de depreciação de anos anteriores, foi transferido para Lucros ou Prejuízos Acumulados, o valor de R\$1.861 mil.

## **d) Dividendos**

O estatuto Social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido, ajustado de acordo com o Estatuto, conforme demonstramos a seguir:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Lucro líquido do exercício	4.243	1.214
Menos:		
Reserva legal	(212)	(61)
Prejuízos Acumulados		(43)
Ajustes Devedores	(4.873)	
Mais:		
Reserva de reavaliação transferidas para prejuízos acumulados (líquido dos tributos)	2.033	152
Ajustes Credores	70	
Base de cálculo de dividendos	<u>1.261</u>	<u>1.262</u>
<b>Dividendo proposto</b>	<u><b>1.261</b></u>	<u><b>315</b></u>

Em atendimento à Lei 10.303/2001, foi proposta a distribuição da totalidade dos dividendos.

### e) Ajustes de Exercícios Anteriores

Referem-se a retificações contábeis oriundas de cálculos de anos anteriores, proveniente em sua maioria do recálculo das operações renegociadas do FNE que apurou um montante de R\$3.156 mil e de ajustes no cálculo da Depreciação Acumulada de exercícios anteriores, provenientes de reavaliação que totalizam de R\$ 1.695 mil.

## 9 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As operações de crédito concedidas ao Governo do Estado da Bahia, principal acionista da Agência, e aos órgãos e empresas a ela ligados, não apresentam saldos no exercício.

## 10 CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

As contingências trabalhistas são provisionadas em valor estimado suficiente para fazer face à probabilidade de perda nos processos em andamento, classificadas em “Outras Obrigações” no Passivo Exigível a Longo Prazo. O montante provisionado atinge R\$ 4.427 mil.(R\$ 4.306 mil em 2001)

## 11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Agência em 31 de Dezembro 2002 se aproximam de seus correspondentes valores de mercado. Não tem sido prática da Agência operar com derivativos financeiros.

## 12 COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a Agência não possui garantias prestadas através de avais e fianças, em 31 de Dezembro de 2001 foi de R\$2.109 mil.

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
□		
Curto Prazo	-	277
Longo Prazo	-	1.832
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.109</b>

### **13 PLANO GERADOR DE BENEFÍCIOS LIVRES (PGBL)**

A DESENBAHIA é patrocinadora de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares à da Previdência Social Oficial para seus colaboradores.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos através de contribuições efetuadas pela DESENBAHIA e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecidos no regulamento básico do plano.

As contribuições da DESENBAHIA são limitadas a 12% do total da folha de pagamento em cada ano e deverão ser integralizadas a partir do mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites: de janeiro de 2000 até dezembro de 2004: até 12% da remuneração do participante; de janeiro de 2005 até dezembro de 2009: até 10% da remuneração do participante; e a partir de janeiro de 2010: até 8% da remuneração do participante.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 as contribuições da DESENBAHIA para este plano totalizaram o montante de R\$ 744 mil (R\$ 684 mil em 2001)

### **Remuneração dos administradores**

A remuneração da diretoria e do conselho de administração no exercício findo em 31 de Dezembro, totalizou o montante de R\$ 613 mil (R\$ 325 mil em 2001).

## **14 SEGUROS**

Em 31 de Dezembro de 2002, a Agência possuía apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, num montante de R\$ 14.270 mil (2001 R\$ 13.844 mil) considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

É política da Agência solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia de operações de créditos.

## **15 ACORDO DA BASILÉIA**

A Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Banco Central do Brasil, estabeleceu, a partir de 1º de janeiro de 1995, a obrigatoriedade de manutenção pelas instituições financeiras, de valor de patrimônio líquido ajustado com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Em 31 de Dezembro de 2002, o total dos ativos ponderados pelo risco, no qual incluem-se as coobrigações e os riscos em garantias prestadas em relação ao patrimônio líquido, apresentou índice de 41,61 % (31,70% em 2001), conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Saldo	2002	Saldo	2001
		Risco		Risco
Risco nulo – 0%	124.201	-	271.897	-
Risco reduzido – 20%	192	38	1.501	300
Risco reduzido – 50%	108.746	54.373	114.730	57.365
Risco normal – 100%	299.596	299.596	281.342	281.342
Ativo ponderado pelo risco	532.735	354.007	669.470	339.007
Patrimônio líquido exigido		88.502		67.801
Patrimônio líquido ajustado		212.686		213.890
Índice da Basileia (% s/PLE)		41,61%		31,70%

## 16 Segregação das operações do FUNDESE e FUNDURBANO da contabilidade do DESENBANCO

A Lei Estadual no. 7.599/00, que regula o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, determina que o seu gestor financeiro será o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia – DESENBANCO, que definirá as linhas operacionais de financiamento, de acordo com as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

A instituição efetuou em 29 de maio de 2001 a reclassificação contábil das operações de crédito contratadas com recursos do FUNDESE, das contas patrimoniais para as contas de compensação, baseados em autorização do Banco Central do Brasil – BACEN, através da correspondência DESUP/GABIN – 2001/270, de 14 de fevereiro de 2001.

## 17 Transformação do DESENBANCO em agência de fomento

Em 1997 foi firmado o Protocolo de Acordo entre a União e Estado da Bahia e aprovada a Lei Estadual nº 7.133/97, que autoriza o Executivo a cumprir o Protocolo.

Em 19 de março de 1998 foi firmado o contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças, entre a União e o Estado da Bahia, com a interveniência do Banco do Estado da Bahia S.A., Banco Central do Brasil e Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. - DESENBANCO, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1612-21, de 5 de março de 1998, que trata dos ajustes dos bancos oficiais e da Lei Estadual nº 7.133/97. Como consequência do processo de preparação do DESENBANCO e dos entendimentos com o Governo do Estado da Bahia, Banco Central do Brasil e a União, os seguintes eventos foram concretizados até 31 de dezembro de 2000:

Aumento do capital social em R\$ 452.000, tendo o acionista controlador Estado da Bahia integralizado R\$ 437.877 em 29 de junho de 1998 e R\$ 14.123 em 3 de agosto de 1998, e

Celebração dos contratos de cessão de créditos e transferências de operações de créditos de natureza de fomento entre o BANEBA e o DESENBANCO em 30 de junho de 1998.

A medida provisória 1773-32, de 14 de dezembro de 1998, e o art. 2º da Resolução 2574, de 17 de dezembro de 1998, do Banco Central do Brasil, estabelecem que as agência de fomento sejam constituídas sob a forma sociedade anônima de capital fechado. Para atender a estas exigências, os seguintes eventos foram concretizados:

Compra de 66.434.613 ações próprias através Oferta Pública, visando o cancelamento do seu registro de companhia aberta nos termos da instrução CVM n. 229/95. A operação foi realizada na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, em 11 de outubro de 1999.

Fechamento de capital e cancelamento do registro de Companhia Aberta pela BOVESPA em 4 de novembro de 1999.

O Banco Central do Brasil – BACEN, através da correspondência DEORF/COFIN I – 2001/127, de 17 de agosto de 2001, comunicou a aprovação da transformação do DESENBANCO em agência de fomento, sob a denominação social de DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A.

## **Eventos Subseqüentes**

### **18 OUTRAS INFORMAÇÕES**

#### **18.1 OBRIGAÇÕES COM BACEN/STN**

O Banco Central do Brasil emitiu em 22 de fevereiro de 1990 a notificação de irregularidade INSPE – 04/04-90/01 contra a instituição, referente à retenção indevida e sem amparo legal dos valores concedidos com os recursos da STN/PRODECER II, cujos valores foram destinados ao custeio da Safra 89/90, para pagamento de débitos em atraso, aplicando uma pena pecuniária.

A instituição recorreu da decisão junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional que não a acatou..

Face a decisão do citado Conselho, a Instituição regularizou a situação junto a Secretaria do Tesouro Nacional.

\* \* \*